



**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.**

**AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- ♣ Desligue o celular e outros aparelhos.
- ♣ Este **Caderno de Questões** contém **30 (trinta) questões** da Prova do seu Cargo. Verifique se este caderno corresponde com a sua opção de inscrição.
- ♣ Procure responder as questões na ordem em que elas aparecem no **Caderno de Questões**. Responda a todas as questões.
- ♣ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões restando 30 (trinta) minutos do término da Prova Objetiva.
- ♣ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.  
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- ♣ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- ♣ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão.
- ♣ Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:  

--	--	--	--
- ♣ Assinale apenas uma alternativa para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
- ♣ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- ♣ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova.
- ♣ A prova terá duração de **2 horas**.  
O tempo mínimo de permanência na sala é de **1 hora**.
- ♣ Os três últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- ♣ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- ♣ A apresentação/entrega dos títulos será feita exclusivamente após o término da prova, em sala específica para isto.
- ♣ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

**BOA PROVA !**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a coluna do psicanalista Contardo Calligaris, publicada no jornal Folha de S. Paulo em 13/02/2020, e responda às questões de 01 a 06.

*Os ignorantes, os ignorábilis e os simples de espírito*  
São os mentecaptos que proibem livros que nunca leram

1 Ignorantes somos todos, porque é sempre pouco o  
2 tempo que temos para estudar, ler e tentar  
3 entender.

4 Os menos ignorantes, aliás, concordam com  
5 Sócrates (segundo Cícero): “Só sei que nada sei”.  
6 Agora, há uma diferença grande entre ignorantes e  
7 ignorábilis (com acento, como substantivo da  
8 língua portuguesa). O que é um ignorábilis?

9 “Ignorábilis”, em latim, é uma voz verbal, que  
10 significa ignoraremos, e que ficou famosa por  
11 causa de um fisiologista alemão que, no fim do  
12 século 19, escreveu que sempre haveria coisas que  
13 a ciência não alcança: ignoramos e ignoraremos,  
14 foram as palavras dele. Isso pode parecer uma  
15 banalidade: afinal, o campo do saber é infinito.

16 Mas eis que um grande matemático, David Hilbert,  
17 ao se aposentar em 1930, achou bom responder  
18 com uma frase que está hoje na lápide da tumba  
19 dele, no cemitério de Göttingen, na Alemanha, que  
20 visitei (iniciativa de meu pai) no fim dos anos 1950:  
21 “Wir müssen wissen, Wir werden wissen”, devemos  
22 saber e saberemos.

23 Hilbert aparentemente achava que qualquer  
24 fatalismo da ignorância podia estar ao serviço de  
25 um obscurantismo preguiçoso.

26 Falando em ignorância, Nicolau de Cusa, filósofo  
27 cristão, em 1440, publicou o famoso “De  
28 Docta Ignorantia”, sobre a douta ignorância. Para o  
29 cusano, que simpatizava com Sócrates, saber que  
30 somos ignorantes é o que alimenta nossa paixão de  
31 saber e entender mais.

32 Sem entrar em detalhes, o que importa é que nem  
33 Nicolau de Cusa acreditava na ignorância como  
34 virtude, longe disso.

35 (...)

36 Mas quem faz, então, a apologia da ignorância?  
37 Quem acha a ignorância legal? Não acredito que o  
38 Deus cristão seja apologista da ignorância, mas  
39 certamente ele serviu e serve de boa desculpa.  
40 Veja-se o começo do sermão da montanha:

41 “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque  
42 deles é o reino dos céus” (Mateus 5:1-3).

43 Entendo que Cristo dava o passe do paraíso para  
44 os pobres de espírito porque eles não puderam  
45 estudar numa escola boa, ou não tiveram um  
46 professor decente ou cresceram numa casa tosca,  
47 em que o saber não tinha valor, ou algo parecido ou  
48 pior.

49 Mas houve os que entenderam que Cristo, no  
50 sermão da montanha, fazia a apologia dos  
51 preguiçosos. Por exemplo, entre os séculos 12 e

52 16, houve cristãos para pensar que a ignorância e a  
53 burrice deles fossem uma bênção. Eles achavam,  
54 aliás, que, se cultivassem bem sua ignorância,  
55 Cristo lhes garantiria mais que um passe: um  
56 verdadeiro “hall pass” — um passe livre para a  
57 suruba. Ou seja, os simplórios, como já ganharam  
58 o paraíso por sua ignorância, podiam fornicar  
59 livremente.

60 A Igreja não gostou, e eles foram eliminados.

61 Hoje, parece que os pobres de espírito voltaram. Só  
62 que, desta vez, a pobreza de espírito não serve para  
63 fornicar livremente (quem dera), mas para reprimir  
64 os outros. A lógica é: do alto de minha ignorância  
65 (que mantenho inalterada pois ela me garante o  
66 paraíso), imponho a todos o que acho certo ou  
67 errado.

68 Esses novos pobres de espírito têm a ignorância  
69 como programa de vida (de governo deles mesmos  
70 e dos outros). Não sabem e não querem se instruir.  
71 Eles são os ignorábilis. Como reconhecê-los?

72 São os mentecaptos que proibem livros que nunca  
73 leram, aqueles que desprezam filmes que nunca  
74 viram, aqueles que organizam testes de  
75 conhecimentos nos quais eles mesmos nunca  
76 passariam, são os mentirosos (ou as mentirosas)  
77 que se declaram mestres e especialistas, mas não  
78 têm diploma algum, são aqueles que acham que  
79 nos livros de texto para crianças há palavras  
80 demais e é preciso “aliviar”, são aqueles (ou  
81 aquelas) que declaram que, lendo o Gênesis, os  
82 alunos aprendem geografia, história e matemática  
83 —por que estudar mais?

84 Os ignorábilis têm uma verdadeira paixão da  
85 ignorância. Talvez seja esta a maior descoberta da  
86 psicanálise —o que sobrar de aqui um século  
87 ou dois: a paixão da ignorância começa, em cada  
88 um, pela vontade de ele ignorar seu próprio desejo  
89 e suas fantasias, sobretudo (mas não só) sexuais.

90 Por isso, o ignorábilis odeia a cultura, porque a  
91 cultura sempre nos revela coisas que ignoramos  
92 sobre nós mesmos.

93 Mas talvez essa explicação toda da paixão da  
94 ignorância não seja necessária. Talvez o  
95 ignorábilis, vestindo a carapuça do pobre de  
96 espírito do evangelho, esteja apenas procurando  
97 uma desculpa para sua infundável preguiça.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2020/02/os-ignorantes-os-ignorabilis-e-os-simples-de-espírito.shtml>

01

Em “São os mentecaptos que proibem livros que nunca leram”, a palavra em destaque poderia ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- (A) Alienados.
- (B) Perspicazes.
- (C) Inocentes.
- (D) Irascíveis.

**02**

Considere as seguintes afirmações sobre o texto:

- I - O autor menciona o sermão da montanha para endossar a proibição aos livros, filmes e às demais produções culturais.
- II - Enquanto os ignorantes valorizam a busca pelo saber, os ignorábilis exaltam a própria ignorância.
- III - Os simples de espírito são aqueles que não tiveram a oportunidade de acessar o conhecimento.
- IV - Os pobres de espírito da atualidade cultivam os mesmos princípios que seus antepassados dos séculos 12 e 16.

Estão corretas apenas as afirmações:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.

**03**

Considere o seguinte trecho e assinale a alternativa que apresenta a informação correta sobre os termos destacados.

*“Ignorabimus”, em latim, é uma voz verbal, que significa ignoraremos, e que ficou famosa por causa de um fisiologista alemão que, no fim do século 19, escreveu que sempre haveria coisas que a ciência não alcança: ignoramos e ignoraremos, foram as palavras dele.*

- (A) Classificam-se, respectivamente, como: pronome relativo, conjunção explicativa, pronome relativo, conjunção integrante, pronome relativo.
- (B) A primeira e segunda ocorrências retomam o mesmo referente: “latim”.
- (C) Na quinta ocorrência, o termo é sujeito da oração cujo verbo principal é “alcança”.
- (D) Na quarta ocorrência, o termo introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

**04**

Assinale a alternativa correta:

- (A) O elemento *porque* (linha 1) indica uma relação de causa e consequência entre ser ignorante e não ter disponibilidade para estudar.
- (B) O uso de *mas* (linha 36) evidencia a equivalência entre o Deus cristão que não faz apologia da ignorância e o que serve como desculpa.
- (C) *Por isso* (linha 90) estabelece um contraste entre a paixão da ignorância e o ódio à cultura que o ignorábilis nutre.
- (D) A contradição entre dizer-se especialista e não ter diploma está marcada pelo uso de *mas* (linha 77).

**05**

Considere as seguintes afirmações sobre a pontuação do texto:

- I - Em “no fim do séc. 19” (linhas 11 e 12) e “em 1440” (linha 27), as vírgulas foram usadas para isolar os adjuntos adverbiais.
- II - Em “A Igreja não gostou, e eles foram eliminados” (linha 60) o uso da vírgula antes da conjunção “e” está correto.
- III - “David Hilbert” (linha 16) e “filósofo cristão” (linhas 26 e 27) são vocativos, por isso devem vir separados por vírgulas.
- IV - A vírgula antes de “longe disso” (linha 34) indica elipse do verbo *acreditar*.

Estão corretas apenas as afirmações:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e II
- (D) III e IV

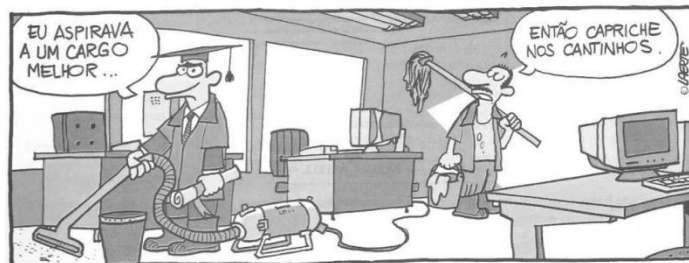
**06**

Segundo o dicionário Houaiss, a anáfora é um “processo pelo qual um termo gramatical (um pronome ou um advérbio de lugar, p. ex.) retoma a referência de um sintagma anteriormente usado na mesma frase ou discurso”.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as relações anafóricas presentes no texto.

- (A) O pronome “dele”, na linha 19, retoma “fisiologista alemão” e, na linha 14, refere-se a “meu pai”.
- (B) “Isso” (linha 14) retoma as ideias do pensador alemão apresentadas no período anterior.
- (C) Na linha 65, o pronome “ela” retoma a palavra “lógica”.
- (D) “Eles”, na linha 60, retoma “simplórios” e, na linha 75, refere-se a “testes de conhecimento”.

Analise a tira da cartunista Laerte para responder às questões 07 e 08.

**07**

O sentido de aspirar pretendido pelo personagem da tira é:

- (A) Absorver.
- (B) Desejar.
- (C) Atrair.
- (D) Sugar.

**08**

Considere as seguintes afirmações sobre a tira:

- I - A polissemia do verbo aspirar e a contraposição entre o aspirador de pó e o diploma nas mãos do personagem da esquerda dão tom de humor à tira.
- II - Em “Eu aspirava a um cargo melhor”, o verbo indica uma ação que se repetia com frequência no passado.
- III - O uso do imperativo (“capriche”) evidencia que o personagem da direita ocupa um cargo hierarquicamente superior ao outro.
- IV - “Então” poderia ser substituído por “Para isso” sem prejuízo de sentido na fala do personagem da direita.

Estão corretas apenas as afirmações:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONSTITUCIONAL

??

**09**

Veja a charge de Miguel Paiva, publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 05/10/1988:



Considerando a teoria e efetividade dos direitos e garantias fundamentais no Brasil, bem como a temática da charge, assinale a opção correta:

- (A) A Constituição Federal brasileira de 1988 prevê que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, mas uma parcela dos cidadãos brasileiros não consegue ter acesso sequer aos direitos mais básicos.
- (B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo processo legislativo ordinário serão equivalentes às emendas constitucionais e terão eficácia plena e imediata a todos os brasileiros.
- (C) Direitos fundamentais de primeira dimensão contemplam os direitos econômicos, sociais e

culturais, sendo exemplos a liberdade religiosa e o direito de associação.

- (D) Direitos e garantias fundamentais são termos sinônimos, referindo-se a bens e vantagens que os cidadãos brasileiros, destinatários diretos dos direitos e garantias fundamentais, podem receber do Estado.

**10**

O Tribunal Constitucional Federal da Alemanha julgou em 1973 um caso emblemático, com repercussão mundial (Lebach I / 35 BVerfGE 202 – 1973), em que se proibiu a transmissão televisiva de documentário sobre cidadão preso às vésperas da soltura. O Tribunal ponderou que a transmissão poderia prejudicar a ressocialização do indivíduo e que, pelo decorrer do tempo, não subsistiria interesse público significativo na divulgação do fato.

Considerando-se o caso apresentado e a sua repercussão mundial, assinale a alternativa correta:

- (A) O caso julgado pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha introduziu a tese do “direito ao esquecimento”, difundida mundialmente e que já foi adotada pelo Brasil.
- (B) A decisão do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha reintroduziu a censura naquele país e foi criticada mundialmente por organismos de defesa dos direitos humanos, razão pela qual a teoria não se aplicou no Brasil.
- (C) No julgamento do caso pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha houve conflito de direitos fundamentais, em especial a liberdade de manifestação da emissora televisiva e o direito de locomoção do cidadão às vésperas da soltura.
- (D) O Tribunal Constitucional Federal da Alemanha inaugurou, no universo jurídico, a tese do “direito ao esquecimento”, ainda não adotada pelo Poder Judiciário brasileiro.

**11**

O direito de reunião é um direito público subjetivo que permite aos indivíduos reunirem-se em lugares abertos ou fechados, sem impedimentos dos órgãos governamentais, mas desde que tal direito seja exercido de forma pacífica, lícita e previamente comunicado às autoridades competentes, se for o caso.

Com relação ao direito de reunião e de associação são feitas as seguintes afirmações:

- I - O instrumento exclusivo de tutela do exercício do direito de reunião é o *habeas corpus*.
- II - As associações de caráter paramilitar não são protegidas pelo direito de associação.
- III - O direito de associação pode ser exercido através da criação de partidos políticos, de entidades sindicais e profissionais, dentre outras.

Após a leitura é possível concluir que:

- (A) As afirmações I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

- (C) Apenas as afirmações I e III estão corretas.  
 (D) Apenas a afirmação III está correta.

**12**

**Considerando-se o Direito Constitucional brasileiro e o entendimento dos tribunais sobre o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a alternativa correta:**

- (A) Os efeitos da decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade são erga omnes e vinculantes, sendo estes aplicáveis aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, excluída a esfera estadual e municipal.  
 (B) É possível a utilização de ação rescisória para atacar decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade.  
 (C) Quando declarada a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, a decisão definitiva de mérito em ação direta de inconstitucionalidade terá, em regra, efeitos *ex tunc*, sendo possível a modulação pelo Supremo Tribunal Federal em razão de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.  
 (D) Cabe ação direta de inconstitucionalidade por omissão caso o poder legislativo, executivo ou judiciário se abstenham de dar cumprimento a comando constitucionalmente previsto.

**13**

**Pietro Ferrari nasceu no ano de 1990, no exterior (na Itália), durante serviço de seus pais, que eram diplomatas, em prol do governo federal brasileiro. Pietro, hoje, deseja seguir carreira diplomática brasileira. Sobre a situação apresentada, escolha a alternativa correta:**

- (A) Pietro Ferrari não poderá seguir a carreira diplomática brasileira em nenhuma hipótese, pois é considerado estrangeiro e não tem direito de naturalizar-se brasileiro, de acordo com a Constituição Federal brasileira.  
 (B) Caso possua bens móveis ou imóveis no Brasil, bem como filhos brasileiros, Pietro Ferrari poderá se naturalizar brasileiro, mas a ele é defeso seguir a carreira diplomática.  
 (C) Se Pietro Ferrari desejar seguir a carreira diplomática, deverá residir no Brasil por 1 (um) ano ininterrupto a fim de obter automaticamente a nacionalidade brasileira.  
 (D) Pietro Ferrari, na situação em apreço, não precisará se naturalizar, pois já é considerado brasileiro nato pela Constituição Federal brasileira de 1988, estando apto para seguir a carreira diplomática.

**ADMINISTRATIVO**

?

**14**

**Analise as assertivas e assinale a opção correta:**

- (A) o ato administrativo discricionário devidamente motivado não fica sujeito a controle do Poder Judiciário.  
 (B) o ato administrativo, vítima de desvio de finalidade, não fica sujeito a controle do Poder Judiciário.

- (C) se houver lei determinando que a prática de tal ato administrativo seja devidamente motivado, caso haja falta de motivação, tal vício não implica em submeter o ato a análise do Poder Judiciário.  
 (D) são atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e a imperatividade.

**15**

**Sobre a figura da Administração Pública Direta, é correto afirmar que:**

- (A) as autarquias são entidades de natureza paraestatal pois são pessoas jurídicas de direito privado que exercem múnus público.  
 (B) as autarquias integram a administração pública e tem personalidade jurídica de pessoa de direito público.  
 (C) é exclusivamente por lei complementar que se criam as autarquias; já as empresas públicas, são criadas por lei ordinária ou complementar.  
 (D) todas as empresas públicas, independentemente da finalidade de sua exploração, terão seu patrimônio impenhorável.

**16**

**Existe a figura do provimento originário e do provimento derivado nos cargos públicos. Das opções abaixo, todas elas, menos uma, representam espécies de provimento derivado. Aponte, portanto, qual das assertivas abaixo NÃO é uma espécie de provimento derivado.**

- (A) nomeação.  
 (B) reversão.  
 (C) aproveitamento.  
 (D) recondução.

**17**

**Analise a frase abaixo e complete corretamente com uma das alternativas:**

**“É possível a própria administração pública anular ex-officio os próprios atos \_\_\_\_\_”.**

- (A) por motivo de oportunidade e conveniência.  
 (B) por motivo de oportunidade.  
 (C) por motivo de conveniência.  
 (D) por motivo de ilegalidade.

**18**

**Com relação ao vínculo existente entre os diversos tipos de agentes públicos e o Estado, analise as frases abaixo e responda:**

- I - apesar de não existir lei específica tratando do assunto, todos os agentes públicos, sejam eles civis ou militares, terão o direito de fazer greve, aplicando-se subsidiariamente a lei de greve do serviço privado.  
 II - os militares não podem fazer greve, mas podem se sindicalizar.  
 III - os militares podem fazer greve, desde que não paralise todo o efetivo.  
 IV - se uma categoria municipal de servidores da saúde, todos eles estatutários, fizerem greve abusiva, a competência para declarar a ilicitude

do movimento não será dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Das assertivas, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e IV.
- (D) IV.

## CIVIL e PROCESSO CIVIL

?

19

De acordo com o Código Civil “os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que”:

- (A) as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução.
- (B) a alocação de riscos definida pelas partes não será necessariamente respeitada.
- (C) a revisão contratual passa a ser a regra, podendo ser realizada de forma ilimitada.
- (D) os princípios da probidade e da boa-fé devem ser seguidos pelos contratantes apenas na conclusão do contrato.

20

Sobre as pessoas jurídicas de direito privado, assinale a alternativa correta.

- I- São exemplos as organizações religiosas e os partidos políticos.
- II- Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- III- São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- IV- Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) I, II, III e IV estão corretas.
- (D) I e IV estão incorretas.

21

Quanto ao litisconsórcio, assinale a alternativa que contempla erro:

- (A) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- (B) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- (C) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.
- (D) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

22

Sobre o preparo recursal, indique a assertiva correta:

- (A) O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, exceto o porte de remessa e de retorno, será intimado pessoalmente para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.
- (B) O equívoco no preenchimento da guia de custas não implicará a aplicação da pena de deserção, cabendo ao relator, na hipótese de dúvida quanto ao recolhimento, intimar o recorrente para sanar o vício no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) Provando o recorrente justo impedimento, o relator relevará a pena de deserção, por decisão recorrível, fixando-lhe prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o preparo.
- (D) É dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

23

Marque a alternativa que apresenta erro:

- (A) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
- (B) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo e quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, somente se o autor não tiver formulado pedido alternativo.
- (C) Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que

pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

- (D) A petição inicial não será indeferida pela falta de indicação de dados pessoais das partes, se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

## DO TRABALHO e PROCESSUAL DO TRABALHO

?

24

Analise o caso abaixo e responda corretamente, conforme legislação celetista:

João trabalhou na empresa Barriga D'Água por 15 anos. O contrato se encerrou em 10 de junho de 2017, último dia este do aviso prévio cumprido. Em 07 de junho de 2019 apresentou reclamação trabalhista perante a Comissão de Conciliação Prévia existente naquela empresa, reclamando horas extras e férias não pagas por todo o período. No dia 15 de junho de 2019 foi expedido o termo negativo de acordo. Participaram da tentativa de mediação os funcionários Carlos, representante dos empregados e Sérgio, representante do empregador. Inconformado, João então ajuizou ação trabalhista no dia 16 de junho de 2019 fazendo os mesmos pedidos. Citada, a empresa compareceu em audiência. Oferecida a tentativa de acordo, esta foi negativa. Na defesa oferecida pela Reclamada, consta apenas a alegação de prescrição do direito de ação, tanto a bienal como a quinquenal. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- (A) o juiz deve acolher a alegação de prescrição do direito de ação e extinguir o processo com julgamento do mérito, pois a provocação da Comissão de Conciliação Prévia não causa a interrupção ou a suspensão no prazo prescricional do direito de ação. Além disso, destaca-se que, tanto Carlos como Sérgio são detentores de estabilidade de emprego.
- (B) o juiz deve afastar a alegação de prescrição bienal, pois a provocação da Comissão de Conciliação Prévia suspendeu sua fruição. Destaca-se que, apenas Carlos é detentor de estabilidade de emprego.
- (C) o juiz deve afastar a alegação de prescrição bienal, pois a provocação da Comissão de Conciliação Prévia interrompeu sua fruição. Destaca-se que, apenas Carlos é detentor de estabilidade de emprego.
- (D) deve o juiz afastar a alegação de prescrição bienal, pois esta restou suspensa. Contudo, será aplicada a pena de revelia a empresa, pois deixou de impugnar os pedidos feitos na inicial, já que apenas se limitou a alegar a prescrição de dois anos. Por fim, apenas Carlos será detentor de estabilidade no emprego.

25

Analise o caso abaixo e responda corretamente, segundo prevê a lei sobre o assunto:

João foi contratado como engenheiro químico com salário mensal de R\$ 20.000,00. Como tinha contato com produtos químicos, no contrato de emprego, feito expressamente na forma escrita, ficou consignado que perceberia adicional de insalubridade de 30% sobre seu

salário, não obstante fosse sua exposição confirmada a um agente químico enquadrado como sendo de grau máximo. Fora essa cláusula específica, nenhuma outra diferenciada foi inserida naquele documento.

Após 5 anos de prestação de serviço, João foi dispensado. O mesmo ajuizou ação trabalhista na Vara do Trabalho local reclamando a diferença do adicional de insalubridade, qual seja, os 10% restantes, já que, por lei, o adicional em grau máximo é de 40%.

Em defesa, a reclamada arguiu preliminar alegando convenção de arbitragem, pois sendo João considerado um "alto empregado" deveria submeter a ação previamente a câmara arbitral, conforme havia sido combinado com o mesmo quando da sua contratação. Alegou, ainda, que por ser João um "alto empregado", a cláusula diferenciada referente ao adicional de insalubridade é válida.

Em manifestação a contestação, alegou o reclamante que, quando da sua contratação, foi informado da cláusula compromissória de arbitragem pelo chefe do departamento de recursos humanos e que concordou com a mesma, assinando documento nesse sentido.

Com base nos fatos acima, pode-se afirmar que afirmar que:

- (A) assiste razão a empresa, pois João auferiu remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social bem como manifestou expressamente sua concordância com o cláusula compromissória de arbitragem.
- (B) não assiste razão a empresa, já que a cláusula compromissória de arbitragem não é válida na justiça do trabalho para dirimir conflitos individuais de trabalho, mas apenas conflitos coletivos. No entanto, quanto a pretensão sobre o adicional de insalubridade, assiste razão a empresa, já que sendo o reclamante um alto empregado, tem liberdade para negociar o referido adicional.
- (C) não assiste razão a empresa, já que a cláusula compromissória de arbitragem não é válida, pois feita sem assistência do sindicato da categoria profissional. No entanto, quanto a pretensão sobre o adicional de insalubridade, assiste razão a empresa, já que sendo o reclamante um alto empregado, tem liberdade para negociar o referido adicional.
- (D) não assiste razão a empresa, já que a cláusula compromissória de arbitragem não é válida já que a lei exige manifestação por escrito e previsão em acordo ou convenção coletiva. Também não assiste razão sobre o adicional de insalubridade, já que este tipo de direito é infenso a negociação, ainda que sendo o empregado considerado hipersuficiente, pois se trata de norma cogente, insuscetível de ser negociada um percentual abaixo do valor mínimo já fixado em lei.

26

Camila, 15 anos, foi contratada como recepcionista no salão de cabeleireiro Juba Ltda sem ter sido devidamente registrada. Após 5 meses da contratação, Camila engravidou. Ao tomar conhecimento da gravidez, a empresa decidiu demitir a trabalhadora. Com base na situação acima, podemos afirmar que Camila:

- (A) não terá direito a estabilidade gestante já que o contrato de emprego é nulo, pois ela não possui a idade mínima permitida para firmar contrato, que no caso é de 16 anos.
- (B) não terá direito a estabilidade gestante já que o contrato de emprego é nulo, pois ela não possui a idade mínima permitida para firmar contrato, que no caso é de 18 anos.
- (C) terá direito ao reconhecimento do vínculo de emprego e reconhecimento da estabilidade gestante, pois se trata de trabalho proibido, de modo que o fato de não possuir a idade mínima permitida para trabalhar que é de 16 anos, não impede a ratificação do contrato.
- (D) não terá direito ao reconhecimento do vínculo de emprego por se tratar de atividade ilícita, mas terá direito a ser indenizada pelo valor dos salários e FGTS referente ao período que trabalhou e referente ao período de estabilidade, qual seja, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

**27**

**Segundo a clássica doutrina trabalhista e a atual regra prevista na CLT, havendo, sobre um mesmo tema, vários diplomas, dentre legais e contratuais, qual deles deverá ser aplicado na relação de emprego?**

- (A) sempre o mais benéfico, independentemente de onde esteja previsto o instituto.
- (B) a regra legal, ainda que mais prejudicial.
- (C) o mais benéfico porém, com a reforma trabalhista, ainda que mais prejudicial, prevalecerá a previsão do acordo coletivo de trabalho sobre a convenção coletiva de trabalho.
- (D) o mais benéfico porém, com a reforma trabalhista, ainda que mais prejudicial, prevalecerá a previsão da convenção coletiva de trabalho sobre o acordo coletivo de trabalho.

**28**

**Sérgio, cadeirante, 25 anos, foi contratado como aprendiz na loja de peças automotivas Ferru Hugem Ltda. Após 3 anos de prestação de serviço, foi dispensado por justa causa por ato de improbidade, por haver furtado R\$ 1.500,00 do caixa da empresa. Antes desse incidente, Sérgio nunca teve uma advertência sequer em seu histórico.**

**Com base no relato acima, responda corretamente.**

- (A) o contrato de aprendizagem é nulo por dois motivos: a um, porque a idade máxima para se contratar um aprendiz é até 24 anos; a dois, porque o prazo máximo do contrato é de dois anos. Desta feita, sendo nulo o contrato de aprendizagem, deverá ser reconhecido o vínculo de emprego como empregado urbano normal.
- (B) o contrato de aprendizagem é válido, mas a justa causa aplicada deverá ser anulada, haja vista a ofensa ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, já que o empregado não praticou ato faltoso de tamanha gravidade a ponto de justificar a aplicação de penalidade tão severa. Deve-se considerar, ainda, a não existência de advertências prévias e gradativas.

- (C) o contrato de aprendizagem é válido e a dispensa por justa causa também.
- (D) o contrato de aprendizagem é válido, mas a dispensa por justa causa não pois, por ser o empregado um portador de necessidade especial, a dispensa deverá ocorrer judicialmente através de decisão proferida em inquérito para apuração de falta grave.

**TRIBUTÁRIO**

?

**29**

**O serviço municipal de iluminação pública, poderá ser objeto de tributação:**

- (A) por meio de taxa, uma vez que se trata de um serviço público específico efetivado pelo município, desde que haja lei estabelecendo sua cobrança.
- (B) por meio de contribuição de melhoria, uma vez que decorre de obra pública e faz com que exista clara valorização do patrimônio dos cidadãos.
- (C) por meio de impostos, uma vez que o valor da arrecadação dos impostos é quem deve financiar as despesas com iluminação pública, redirecionando-se uma parte do orçamento público para esse tipo de despesa, na forma da lei orçamentária.
- (D) por meio da contribuição de iluminação pública, desde que criada por lei municipal, podendo a sua cobrança ser feita por meio da fatura de consumo de energia elétrica.

**30**

**Na execução Fiscal:**

- (A) a penhora jamais poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.
- (B) a citação será feita, preferencialmente, pelo correio com aviso de recepção.
- (C) a penhora de bens imóveis prefere a penhora de títulos da dívida pública
- (D) o executado, após a regular garantia do juízo, terá 15 (quinze) dias para oferecimento dos Embargos.

**ÁREA PARA RASCUNHO**